

## Respostas aos Recursos 0003- AGENTE ADMINISTRATIVO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta alterada para:
Questão 31- 1 Questão 46- 2 Questão 38- 3 Questão 42 - 4	<p>Para preencher corretamente as lacunas, devemos considerar os termos que melhor se encaixam na descrição fornecida. A Administração Pública deve garantir a legalidade e eficiência de suas ações, e a compreensão da estrutura e funcionamento dos órgãos públicos é essencial para os agentes administrativos.</p> <p>Vamos analisar cada alternativa:</p> <p>A) (1) Hierarquia; (2) eficácia. Análise: A hierarquia é um princípio organizacional vital, mas não se confunde com o conceito de organicidade, que se refere à forma como os órgãos estão estruturados e relacionados entre si. Eficácia, por sua vez, é um resultado desejado de qualquer processo administrativo, mas não aborda diretamente o tema da governança. Conclusão: Embora a alternativa A (Hierarquia e Eficácia) seja fundamental, a alternativa C (Organicidade e Governança Pública) oferece uma visão mais abrangente e integrada da Administração Pública, refletindo melhor a complexidade e as interconexões necessárias para a gestão moderna e eficiente dos órgãos públicos.</p> <p>B) (1) Autarquia; (2) gestão financeira. Análise: Autarquia refere-se a um tipo de entidade administrativa com autonomia administrativa e financeira. Gestão financeira é o processo de planejamento, controle e monitoramento das finanças. Conclusão: Embora os termos sejam relevantes, eles não se encaixam perfeitamente na descrição fornecida.</p> <p>C) (1) Organicidade; (2) governança pública. Análise: Organicidade refere-se à organização e estrutura dos órgãos públicos de maneira integrada e coerente. Governança pública refere-se às práticas e processos pelos quais as organizações públicas são dirigidas e controladas.</p>	Indeferido	

	<p>Conclusão: Esta alternativa é muito pertinente, pois descreve como a estrutura (organicidade) dos órgãos públicos se manifesta na administração e governança pública.</p> <p>D) (1) Regulamentação; (2) política orçamentária.  Análise: Regulamentação refere-se ao estabelecimento de regras e normas. Política orçamentária envolve a elaboração e execução do orçamento público.  Conclusão: Embora importantes, esses termos não capturam completamente a essência da estrutura e funcionamento da Administração Pública conforme descrito.</p> <p>E) (1) Transparência; (2) legalidade.  Análise: Transparência é a abertura e clareza nas ações governamentais, enquanto a legalidade refere-se à conformidade com a lei.  Conclusão: Esses termos são essenciais na Administração Pública, mas não refletem exatamente a estrutura dos órgãos públicos e sua manifestação na execução das funções administrativas.</p> <p>A alternativa correta é C) (1) Organicidade; (2) governança pública.  Justificativa:  Organicidade: Refere-se à organização estrutural dos órgãos públicos de maneira integrada e coerente, o que é essencial para a Administração Pública.  Governança Pública: Envolve as práticas e processos pelos quais as organizações públicas são dirigidas e controladas, garantindo a eficiência e eficácia de suas ações.  Portanto, a frase preenchida corretamente é:  "A Administração Pública, em sua essência, é norteadada por princípios que asseguram a legalidade e a eficiência de suas ações. A estrutura legal dos órgãos públicos está imbricada em uma complexa rede de normativas, que orientam desde a criação até a execução de suas funções. Dentro deste contexto, é imperativo compreender as nuances que definem a organicidade (1) dos órgãos públicos e como estas se manifestam na governança pública (2) da Administração Pública. Essa compreensão é vital para Agentes administrativos, que atuam no cerne da implementação dessas políticas."</p>		
<p>Questão 33- 1</p> <p>Questão 50 -2</p>	<p>Para determinar qual opção corretamente distingue os agentes políticos dos demais agentes públicos, é necessário entender as funções e características que definem cada categoria de agente público.</p> <p>Análise das Alternativas:</p>	Indeferido	

Questão 49- 3	A) Agentes políticos são exclusivamente os membros do Poder Judiciário, em razão de sua autonomia funcional e independência.		
Questão 48- 4	<p>Análise: Esta afirmação está incorreta. Agentes políticos incluem não apenas membros do Poder Judiciário, mas também membros do Poder Executivo e Legislativo, como presidentes, governadores, prefeitos, ministros, secretários e parlamentares. Conclusão: Incorreto.</p> <p>B) A principal distinção dos agentes políticos reside na sua subordinação direta ao regime jurídico administrativo e às normas de direito público. Análise: Embora os agentes políticos estejam sujeitos ao regime jurídico administrativo e às normas de direito público, esta característica não é exclusiva deles, pois todos os agentes públicos (inclusive administrativos) também estão sujeitos a essas normas. Conclusão: Incorreto.</p> <p>C) Agentes políticos, diferentemente dos agentes administrativos, não estão sujeitos a qualquer forma de responsabilidade por atos de improbidade administrativa. Análise: Esta afirmação está incorreta. Agentes políticos podem ser responsabilizados por atos de improbidade administrativa, conforme previsto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). Conclusão: Incorreto.</p> <p>D) Os agentes políticos são caracterizados pela investidura em cargos de direção, chefia e assessoramento, definidos por lei como de livre nomeação e exoneração. Análise: Esta afirmação descreve cargos em comissão e funções de confiança, que são ocupados por agentes administrativos, não especificamente por agentes políticos. Conclusão: Incorreto.</p> <p>E) A característica distintiva dos agentes políticos é a sua investidura em cargos e funções que envolvem a formulação e execução de diretrizes governamentais, representando a vontade política do Estado. Análise: Esta afirmação está correta. Agentes políticos são aqueles que ocupam cargos de alta relevância política e institucional, responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas e diretrizes governamentais. Eles representam a vontade política do Estado e têm funções de direção, coordenação e orientação superior. Conclusão: Correto.</p>		

	<p>A alternativa correta é E) A característica distintiva dos agentes políticos é a sua investidura em cargos e funções que envolvem a formulação e execução de diretrizes governamentais, representando a vontade política do Estado.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Agentes Políticos: São aqueles que ocupam cargos de alta relevância, sendo responsáveis pela formulação e execução das diretrizes governamentais. Eles representam a vontade política do Estado e desempenham funções de liderança e orientação superior.</p> <p>Exemplos: Incluem presidentes, governadores, prefeitos, ministros, secretários e parlamentares, que têm um papel crucial na definição das políticas públicas e na administração do Estado.</p>		
<p>Questão 37- 1</p> <p>Questão 44- 2</p> <p>Questão 32- 3</p> <p>Questão 47- 4</p>	<p>Explicação da Alternativa E:</p> <p>E) A ordenação de uma fiscalização de estabelecimentos comerciais para verificar o cumprimento de normas sanitárias, exercendo assim o poder de polícia.</p> <p>Análise do Poder de Polícia:</p> <p>Definição: O poder de polícia é a faculdade que a Administração Pública possui de restringir e condicionar o exercício de direitos e atividades privadas em prol da coletividade, para assegurar a ordem pública, a segurança, a saúde e os demais interesses gerais da sociedade.</p> <p>Características: O poder de polícia envolve a regulamentação, fiscalização e controle de atividades privadas. A Administração Pública pode adotar medidas preventivas e repressivas para garantir o cumprimento das normas estabelecidas.</p> <p>Aplicação no Contexto da Alternativa E:</p> <p>Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais: A ordenação de uma fiscalização de estabelecimentos comerciais para verificar o cumprimento de normas sanitárias é uma típica manifestação do poder de polícia. A Administração Pública atua para assegurar que os estabelecimentos estejam em conformidade com as regulamentações sanitárias, protegendo assim a saúde pública.</p> <p>Elementos do Poder de Polícia:</p> <p>Normativo: Estabelece normas e regulamentos que os estabelecimentos devem seguir.</p> <p>Preventivo: Realiza inspeções e fiscalizações para verificar a conformidade.</p> <p>Repressivo: Aplica sanções em caso de descumprimento das normas (como multas, interdições).</p> <p>Distinção do Poder Discricionário:</p> <p>Embora o poder de polícia possa envolver alguma discricionariedade (como decidir a frequência e os alvos da fiscalização), seu objetivo principal é garantir o cumprimento de</p>	Indeferido	

	<p>normas estabelecidas, ao invés de tomar decisões baseadas em critérios de conveniência e oportunidade, que são a essência do poder discricionário.</p> <p>No contexto da alternativa E, a Administração está exercendo seu poder de polícia para fiscalizar e garantir o cumprimento de normas sanitárias, não tomando decisões com base em critérios subjetivos como urgência e impacto social (características do poder discricionário).</p> <p>Conclusão:</p> <p>Poder de Polícia vs. Poder Discricionário: A ordenação de uma fiscalização de estabelecimentos comerciais é uma ação dentro do escopo do poder de polícia. Embora possa haver elementos de discricionariedade (decidir quais estabelecimentos fiscalizar e quando), o foco principal é a execução e cumprimento de normas específicas, características do poder de polícia. No poder discricionário, a decisão é mais ampla e envolve escolhas políticas e administrativas baseadas na conveniência e oportunidade.</p> <p>Portanto, a alternativa E descreve corretamente uma aplicação do poder de polícia, mas não é um exemplo do poder discricionário, que envolve decisões tomadas com base em conveniência e oportunidade, como exemplificado na alternativa B.</p>		
<p>Questão 38- 1</p> <p>Questão 37- 2</p> <p>Questão 36- 3</p> <p>Questão 49- 4</p>	<p>Para determinar quais afirmativas estão corretas, vamos analisar cada uma delas em detalhe.</p> <p>Análise das Afirmativas:</p> <p>I – Todo ato administrativo é discricionário, permitindo à Administração ampla liberdade de escolha quanto à sua conveniência e oportunidade.</p> <p>Análise: Esta afirmativa é incorreta. Nem todos os atos administrativos são discricionários. Existem também atos vinculados, onde a Administração deve seguir critérios previamente definidos por lei, sem liberdade de escolha quanto à conveniência e oportunidade.</p> <p>Conclusão: Incorreto.</p> <p>II – A imperatividade é uma característica presente em todos os atos administrativos, conferindo-lhes a capacidade de impor obrigações independentemente da concordância do destinatário.</p> <p>Análise: Esta afirmativa é incorreta. A imperatividade não está presente em todos os atos administrativos. Alguns atos, como os atos enunciativos ou negociais, não impõem obrigações ao destinatário.</p> <p>Conclusão: Incorreto.</p>	Indeferido	

	<p>III – Os atos administrativos, para serem válidos, devem preencher requisitos como competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Análise: Esta afirmativa é correta. Os requisitos de validade dos atos administrativos são competência, finalidade, forma, motivo e objeto, conforme a doutrina do Direito Administrativo. Conclusão: Correto.</p> <p>IV – A revogação de um ato administrativo pode ocorrer por ilegalidade, sendo realizada pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração. Análise: Esta afirmativa é incorreta. A revogação de um ato administrativo ocorre por razões de conveniência e oportunidade, e não por ilegalidade. A anulação é que ocorre por ilegalidade e pode ser feita tanto pela Administração quanto pelo Poder Judiciário. Conclusão: Incorreto.</p> <p>V – Um ato administrativo pode ser convalidado pela Administração caso o vício presente seja relativo à competência ou à forma, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Análise: Esta afirmativa é correta. A convalidação é possível para vícios de competência (quando não for exclusiva) ou forma (quando não for essencial), desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Conclusão: Correto.</p> <p>Conclusão: Estão corretas as afirmativas III e V.</p>		
<p>Questão 39- 1</p> <p>Questão 34- 2</p> <p>Questão 50- 3</p> <p>Questão 31- 4</p>	<p>O candidato está correto em seu entendimento de que, no Brasil, os atos administrativos precisam seguir o princípio da publicidade, o que significa que eles não se tornam imediatamente obrigatórios para todos sem comunicação específica. Isso implica que a alternativa A está incorreta.</p> <p>Vamos revisar as alternativas restantes com essa observação em mente:</p> <p>B) A emissão de uma licença de funcionamento por um órgão público municipal que, após a concessão, pode ser transferida livremente entre as partes interessadas, sem a necessidade de nova autorização. Análise: A transferência livre de uma licença sem necessidade de nova autorização não reflete os atributos típicos dos atos administrativos, como a tipicidade e a imperatividade. A tipicidade</p>	Deferido	Anulada

	<p>exige que a licença e suas condições estejam claramente previstas em lei. Conclusão: Incorreto.</p> <p>C) A celebração de um contrato de prestação de serviços entre uma prefeitura e uma empresa privada, que se torna irrevogável e inalterável desde o momento de sua assinatura, exceto por acordo mútuo. Análise: Contratos administrativos são caracterizados por serem ajustáveis conforme o interesse público, e não são irrevogáveis e inalteráveis. Além disso, essa situação não ilustra bem os atributos dos atos administrativos. Conclusão: Incorreto.</p> <p>D) A decisão de um órgão de controle que aplica uma multa a uma empresa por descumprimento de normas ambientais, cuja execução depende exclusivamente da instauração de um processo judicial. Análise: Esta situação não reflete a autoexecutoriedade dos atos administrativos, que é um atributo essencial. A execução de uma multa administrativa não deve depender exclusivamente da instauração de um processo judicial. Conclusão: Incorreto.</p> <p>E) A edição de um regulamento por um órgão federal que, mesmo sem a publicação no Diário Oficial, tem eficácia plena e imediata, aplicando-se a todos os cidadãos e entidades sob jurisdição nacional. Análise: Esta alternativa também está incorreta, pois desconsidera a necessidade de publicidade dos atos administrativos. Sem a publicação oficial, um regulamento não tem eficácia plena e imediata. Conclusão: Incorreto.</p> <p>Se nenhuma das alternativas fornecidas corretamente exemplifica a aplicação dos atributos dos atos administrativos de acordo com o regime jurídico atual no Brasil, a questão realmente pode ser considerada passível de anulação.</p>		
<p>Questão 40 – 1</p> <p>Questão 43- 2</p>	<p>Vamos revisar mais detalhadamente as alternativas A e C para esclarecer a razão pela qual a alternativa A é considerada correta enquanto a alternativa C, embora correta em conceito, não é a melhor escolha para a pergunta.</p> <p>Revisão das Alternativas:</p>	Indeferido	

Questão 35- 3	<p>A) Ato complexo: decisão administrativa que depende da conjugação de vontades de mais de um órgão para se formar, exemplificado pela autorização para construção de um novo prédio público, que necessita da aprovação tanto do órgão de planejamento urbano quanto do órgão ambiental.</p> <p>Análise: Um ato complexo é aquele que resulta da manifestação de vontade de mais de um órgão. A situação descrita exemplifica um ato complexo, pois a autorização para construção de um novo prédio público requer a aprovação de múltiplos órgãos (planejamento urbano e ambiental), o que caracteriza a conjugação de vontades necessárias para a formação do ato.</p> <p>Conclusão: Correto. Esta alternativa descreve um ato administrativo específico que requer a manifestação de múltiplos órgãos, atendendo ao critério de formação de atos complexos.</p> <p>C) Ato simples: uma portaria emitida por um secretário municipal que institui um novo código de conduta para os servidores da prefeitura, cuja eficácia independe da colaboração ou aprovação de outros órgãos.</p> <p>Análise: Um ato simples é aquele que decorre da manifestação de vontade de um único órgão ou autoridade. A situação descrita na alternativa C está correta em conceito, pois uma portaria emitida por um secretário municipal é um exemplo apropriado de um ato simples.</p> <p>Conclusão: Correto em conceito. A descrição é precisa, mas a questão pede um exemplo que exemplifica corretamente a aplicação simultânea de mais de um atributo dos atos administrativos.</p> <p>Consideração do Contexto da Pergunta:</p> <p>A pergunta solicita um exemplo que descreva corretamente um ato administrativo e o classifique adequadamente segundo o critério de sua formação.</p> <p>A alternativa A descreve um ato complexo, que é formado pela manifestação de vontade de mais de um órgão. Este exemplo atende especificamente ao critério de formação, destacando a conjugação necessária de vontades para a sua constituição.</p> <p>A alternativa C descreve um ato simples, que é emitido por um único órgão e não necessita da colaboração ou aprovação de outros órgãos. Embora esta alternativa esteja correta em conceito, a especificidade da pergunta sobre o critério de formação de atos administrativos é melhor abordada pela alternativa A, pois um ato complexo envolve claramente a necessidade de múltiplas aprovações, ilustrando melhor a complexidade envolvida na formação de certos atos administrativos.</p> <p>Conclusão Final:</p>		
Questão 44- 4			



	<p>A alternativa correta é A) Ato complexo: decisão administrativa que depende da conjugação de vontades de mais de um órgão para se formar, exemplificado pela autorização para construção de um novo prédio público, que necessita da aprovação tanto do órgão de planejamento urbano quanto do órgão ambiental.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Critério de Formação: A alternativa A ilustra claramente a necessidade de múltiplas manifestações de vontade (planejamento urbano e ambiental) para a formação do ato administrativo, exemplificando adequadamente o conceito de ato complexo.</p> <p>Comparação: A alternativa C, embora correta ao descrever um ato simples, não destaca a complexidade da formação do ato administrativo de maneira tão clara e específica quanto a alternativa A. Portanto, A é a resposta que melhor atende à solicitação da questão em termos de exemplificação do critério de formação dos atos administrativos.</p>		
<p>Questão 41- 1</p> <p>Questão 36- 2</p> <p>Questão 48- 3</p> <p>Questão 50- 4</p>	<p>Vamos aprofundar na explicação da alternativa E para entender por que não é a correta para a classificação de um ato normativo no sentido mais amplo de Direito Administrativo.</p> <p>E) Portaria: ato administrativo interno que visa a disciplinar o funcionamento de setores da Administração Pública e a conduta funcional de seus agentes.</p> <p>Análise da Alternativa E:</p> <p>Portaria:</p> <p>Definição: A portaria é um ato administrativo interno emitido por autoridades ou chefes de departamentos e setores dentro da Administração Pública. Ela estabelece regras, diretrizes e procedimentos para o funcionamento interno da administração e para a conduta de seus servidores.</p> <p>Natureza: As portarias têm caráter normativo interno, ou seja, elas regulam o comportamento e a organização interna dos órgãos administrativos, mas não criam normas gerais e abstratas que afetem diretamente os particulares fora da estrutura administrativa.</p> <p>Exemplos e Características de Portarias:</p> <p>Interno: A portaria é voltada para o público interno da Administração Pública, como servidores e departamentos.</p> <p>Exemplo: Uma portaria emitida por um secretário municipal estabelecendo um novo código de conduta para os servidores do município.</p> <p>Normativa Interna: Embora as portarias tenham um caráter normativo, elas não são consideradas atos normativos no mesmo sentido dos decretos regulamentares ou leis. Elas disciplinam aspectos internos sem criar obrigações ou direitos para os cidadãos em geral.</p> <p>Exemplo: Uma portaria pode regular horários de expediente, procedimentos internos de</p>	Indeferido	

	<p>trabalho, ou normas de comportamento dos funcionários.</p> <p>Não se Aplica Geralmente ao Público Externo: As portarias não têm aplicação direta sobre o público em geral, mas sim sobre os procedimentos e organização interna da administração.</p> <p>Exemplo: Uma portaria definindo os procedimentos para solicitação de férias dentro de um departamento.</p> <p>Distinção de Atos Normativos:</p> <p>Decreto Regulamentar: Ao contrário das portarias, os decretos regulamentares são atos normativos que detalham a aplicação das leis para assegurar sua correta execução. Eles são emitidos por autoridades competentes (como o Presidente da República, governadores ou prefeitos) e têm efeito geral e abstrato, aplicando-se a todos os cidadãos e entidades.</p> <p>Exemplo: Um decreto regulamentando uma lei sobre o uso de agrotóxicos, especificando as condições e requisitos para seu uso seguro e legal.</p> <p>Conclusão:</p> <p>Portaria como Ato Administrativo Interno: A portaria é um importante instrumento administrativo para a gestão interna da Administração Pública, regulando aspectos administrativos e disciplinares dentro de órgãos públicos. Apesar de sua natureza normativa interna, ela não se classifica como um ato normativo no sentido amplo de criar normas gerais e abstratas que regulamentem a aplicação de leis para a sociedade em geral.</p> <p>Não se Confunde com Atos Normativos Gerais: Atos normativos, como decretos regulamentares, têm um alcance maior, aplicando-se a todos os cidadãos e estabelecendo diretrizes para a execução de leis.</p> <p>Portanto, embora a portaria tenha um caráter normativo dentro da Administração Pública, ela não é classificada como um ato normativo no sentido de criar normas gerais e abstratas para o público em geral. Esta é a razão pela qual a alternativa correta para a questão é D) Decreto regulamentar: ato administrativo normativo por meio do qual a autoridade competente visa a explicar a lei para sua correta execução, sem alterar o seu conteúdo.</p>		
<p>Questão 42- 1</p> <p>Questão 49- 2</p> <p>Questão 31- 3</p> <p>Questão 37- 4</p>	<p>Para completar corretamente as lacunas, precisamos considerar os requisitos fundamentais para a validade dos atos administrativos no Direito Administrativo. Os requisitos principais incluem a competência do agente, a finalidade do ato, a forma, o motivo e o objeto.</p> <p>Revisão das Alternativas:</p> <p>A) (1) Competência; (2) legalidade.</p> <p>Análise: A competência refere-se à autoridade legítima do agente para praticar o ato. A legalidade é um princípio geral que exige conformidade com a lei, mas a segunda lacuna está</p>	Indeferido	

	<p>pedindo um requisito específico que se alinha com a finalidade pública do ato.  Conclusão: Incorreto, pois a legalidade não se refere diretamente à finalidade pública.</p> <p>B) (1) Finalidade; (2) moralidade.  Análise: A finalidade refere-se ao objetivo público que o ato deve perseguir. A moralidade é um princípio que exige que os atos administrativos sejam éticos e justos, mas não é diretamente o requisito específico de finalidade.  Conclusão: Incorreto, pois moralidade não se refere diretamente à finalidade pública.</p> <p>C) (1) Forma; (2) eficiência.  Análise: A forma refere-se ao cumprimento dos procedimentos legais para a prática do ato. A eficiência é um princípio da Administração Pública, mas não se refere diretamente à finalidade pública do ato.  Conclusão: Incorreto, pois eficiência não se refere diretamente à finalidade pública.</p> <p>D) (1) Competência; (2) finalidade.  Análise: A competência refere-se à autoridade legítima do agente para praticar o ato. A finalidade refere-se ao objetivo público que o ato deve perseguir, alinhando-se aos objetivos previstos em lei.  Conclusão: Correto. Esta alternativa atende às duas lacunas com precisão, relacionando a competência do agente e a finalidade pública do ato.</p> <p>E) (1) Motivo; (2) publicidade.  Análise: O motivo refere-se à situação de fato que justifica o ato. A publicidade é um princípio que exige a transparência dos atos administrativos, mas não se refere diretamente à finalidade pública do ato.  Conclusão: Incorreto, pois publicidade não se refere diretamente à finalidade pública.</p> <p>A alternativa correta é D) (1) Competência; (2) finalidade.  Justificativa:  Competência: Refere-se à autoridade legítima do agente para praticar o ato administrativo, sendo um requisito fundamental para sua validade.  Finalidade: Refere-se ao objetivo público que o ato deve perseguir, assegurando que o ato se alinha aos objetivos previstos em lei e atende ao interesse público.  Portanto, a frase completada corretamente é:  "A validade dos atos administrativos é um pilar fundamental no Direito Administrativo,</p>		
--	--	--	--

	assegurando que as ações da Administração Pública estejam em conformidade com o ordenamento jurídico. Para que um ato administrativo seja considerado válido, é necessário que atenda a certos requisitos, dentre os quais a competência (1) e a finalidade (2) se destacam como fundamentais. A primeira refere-se à competência do agente que pratica o ato, enquanto a segunda diz respeito à finalidade pública que o ato deve perseguir, alinhando-se aos objetivos previstos em lei."		
<p>Questão 43- 1</p> <p>Questão 32- 2</p> <p>Questão 44- 3</p> <p>Questão 33- 4</p>	<p>Para identificar a situação onde a falta de observância à formalidade legal poderia levar à invalidação do ato administrativo, precisamos considerar os requisitos de formalidade, que incluem o cumprimento dos procedimentos previstos em lei e a autorização necessária.</p> <p>Análise das Alternativas:</p> <p>A) Um órgão público realiza um procedimento licitatório para a compra de equipamentos utilizando o método de pregão eletrônico, conforme estipulado pela legislação vigente.</p> <p>Análise: Esta situação está de acordo com a formalidade legal, pois o órgão público está utilizando o método de pregão eletrônico conforme estipulado pela legislação vigente.</p> <p>Conclusão: Incorreto.</p> <p>B) A publicação de um decreto pelo Chefe do Executivo municipal que reorganiza o quadro de servidores públicos sem a prévia aprovação da Câmara Municipal, contrariando o que determina a Lei Orgânica do Município.</p> <p>Análise: Esta situação exemplifica a falta de observância à formalidade legal. A reorganização do quadro de servidores públicos sem a prévia aprovação da Câmara Municipal, conforme exigido pela Lei Orgânica do Município, é uma violação da formalidade legal. Tal ato pode ser invalidado por não cumprir os procedimentos legais necessários.</p> <p>Conclusão: Correto.</p> <p>C) A emissão de uma portaria pelo Diretor de uma autarquia federal determinando diretrizes para o uso eficiente de recursos públicos na sua unidade, em linha com as normas de conduta da administração pública.</p> <p>Análise: Esta situação está de acordo com a formalidade legal, pois a emissão da portaria pelo Diretor está alinhada com as normas de conduta da administração pública.</p> <p>Conclusão: Incorreto.</p> <p>D) A concessão de uma licença ambiental por um órgão estadual competente após a realização de todas as avaliações técnicas necessárias e a consulta pública, conforme previsto em lei.</p>	Indeferido	

	<p>Análise: Esta situação está de acordo com a formalidade legal, pois a licença ambiental foi concedida após a realização das avaliações técnicas e consulta pública conforme previsto em lei. Conclusão: Incorreto.</p> <p>E) A realização de uma audiência pública pela administração municipal para discutir o orçamento do próximo ano, com ampla divulgação e participação popular. Análise: Esta situação está de acordo com a formalidade legal, pois a administração municipal realizou a audiência pública com ampla divulgação e participação popular. Conclusão: Incorreto.</p> <p>A alternativa correta é B) A publicação de um decreto pelo Chefe do Executivo municipal que reorganiza o quadro de servidores públicos sem a prévia aprovação da Câmara Municipal, contrariando o que determina a Lei Orgânica do Município. Justificativa: Formalidade Legal: A publicação de um decreto que reorganiza o quadro de servidores sem a prévia aprovação da Câmara Municipal é um exemplo claro de não observância à formalidade legal, pois viola os procedimentos estabelecidos pela Lei Orgânica do Município. Invalidação do Ato: A falta de observância à formalidade exigida (aprovação da Câmara Municipal) pode levar à invalidação do decreto, pois o ato administrativo não cumpriu os requisitos legais necessários para sua validade.</p>		
<p>Questão 45- 1</p> <p>Questão 48- 2</p> <p>Questão 46- 3</p> <p>Questão 39- 4</p>	<p>Para identificar a situação que ilustra corretamente o exercício do poder de revogação por parte da Administração Pública, devemos entender que a revogação se baseia em razões de conveniência e oportunidade, não na ilegalidade do ato. A anulação, por outro lado, é realizada quando há ilegalidade no ato administrativo.</p> <p>Análise das Alternativas:</p> <p>A) Um prefeito revoga uma permissão de uso de espaço público para eventos, concedida anteriormente a um organizador, após avaliar que o espaço seria melhor utilizado como uma área de lazer para a comunidade. Análise: Esta situação exemplifica corretamente a revogação, pois o prefeito está tomando a decisão com base na conveniência e oportunidade, considerando que o uso do espaço público como área de lazer é mais adequado para a comunidade. Conclusão: Correto.</p>	Indeferido	

	<p>B) Uma agência reguladora anula uma licença operacional emitida para uma empresa de mineração após constatar que houve violação das normas ambientais durante o processo de licenciamento.  Análise: Esta situação descreve uma anulação, não uma revogação. A anulação ocorre devido à constatação de violação das normas ambientais, caracterizando ilegalidade no ato administrativo.  Conclusão: Incorreto.</p> <p>C) Um órgão de trânsito cancela multas de tráfego emitidas contra um cidadão, após o reconhecimento de que houve erro na operação dos radares que registraram as infrações.  Análise: Esta situação descreve uma anulação, pois as multas são canceladas devido a um erro na operação dos radares, caracterizando ilegalidade ou erro no ato administrativo.  Conclusão: Incorreto.</p> <p>D) Uma secretaria de educação decide não mais aplicar um decreto que restringia o uso de dispositivos eletrônicos em salas de aula, identificando posteriormente que a medida não contribuía positivamente para o ambiente educacional.  Análise: Esta situação pode parecer uma revogação, mas a decisão de "não mais aplicar" um decreto é ambígua. Se o decreto foi formalmente revogado, então é um exemplo de revogação. No entanto, a frase "decide não mais aplicar" não esclarece se houve uma revogação formal.  Conclusão: Incorreto.</p> <p>E) O diretor de uma autarquia federal invalida uma decisão de contratação de pessoal extra, tomada por seu antecessor, ao identificar que o processo não seguiu os procedimentos legais de seleção e contratação.  Análise: Esta situação descreve uma anulação, pois a decisão de contratação foi invalidada devido à falta de cumprimento dos procedimentos legais, caracterizando ilegalidade no ato administrativo.  Conclusão: Incorreto.</p> <p>A alternativa correta é A) Um prefeito revoga uma permissão de uso de espaço público para eventos, concedida anteriormente a um organizador, após avaliar que o espaço seria melhor utilizado como uma área de lazer para a comunidade.  Justificativa:  Revogação por Conveniência e Oportunidade: A decisão do prefeito é baseada em uma avaliação de conveniência e oportunidade, buscando um uso mais adequado do espaço público</p>		
--	--	--	--

	<p>para a comunidade.</p> <p>Distinção da Anulação: As demais alternativas descrevem situações de anulação, onde o ato administrativo é invalidado devido a ilegalidades ou erros no procedimento, o que não caracteriza o exercício do poder de revogação.</p>		
<p>Questão 46- 1</p> <p>Questão 31- 2</p> <p>Questão 37- 3</p> <p>Questão 43- 4</p>	<p>Vamos avaliar cada afirmativa sobre a organização de um arquivo e sua documentação:</p> <p>Afirmativa 1: A classificação de documentos em um arquivo deve ser baseada exclusivamente na data de criação do documento, para facilitar a recuperação cronológica das informações.</p> <p>Análise: A classificação de documentos não deve ser baseada exclusivamente na data de criação. Embora a data possa ser um critério importante, outros fatores como o tipo de documento, seu assunto, função ou contexto de criação também são essenciais para uma organização eficiente.</p> <p>Conclusão: Falsa.</p> <p>Afirmativa 2: A digitalização de documentos físicos é uma estratégia eficaz para a preservação a longo prazo, mas requer que sejam estabelecidas políticas claras de gestão eletrônica de documentos, incluindo backup e segurança da informação.</p> <p>Análise: A digitalização é, de fato, uma estratégia eficaz para a preservação de documentos a longo prazo, mas é crucial que haja políticas claras de gestão eletrônica de documentos para garantir a segurança, acessibilidade e integridade dos documentos digitalizados.</p> <p>Conclusão: Verdadeira.</p> <p>Afirmativa 3: Documentos considerados de valor permanente devem ser avaliados periodicamente para determinar se sua importância justifica a continuidade da sua preservação física ou digital.</p> <p>Análise: Documentos de valor permanente são aqueles que possuem importância histórica, legal ou administrativa contínua. Estes documentos geralmente não são reavaliados periodicamente para determinar se devem continuar sendo preservados, uma vez que já foram identificados como de valor permanente. A avaliação periódica pode ser mais aplicável a documentos temporários ou de valor secundário.</p> <p>Conclusão: Falsa.</p> <p>Afirmativa 4: A descrição arquivística é uma ferramenta essencial para a recuperação da informação, pois facilita o acesso aos documentos por meio de metadados que resumem seu conteúdo, contexto de criação e estrutura.</p> <p>Análise: A descrição arquivística é realmente uma ferramenta essencial para a recuperação da</p>	Indeferido	

	<p>informação. Metadados ajudam a resumir o conteúdo, contexto de criação e estrutura dos documentos, facilitando o acesso e a gestão dos arquivos.</p> <p>Conclusão: Verdadeira.</p> <p>Afirmativa 5: Todos os documentos de um arquivo devem ser acessíveis ao público em geral, como parte do princípio da transparência administrativa.</p> <p>Análise: Nem todos os documentos de um arquivo devem ser acessíveis ao público. Há documentos que contêm informações confidenciais, sensíveis ou protegidas por legislação específica que limita seu acesso. A transparência administrativa deve ser equilibrada com a necessidade de proteger a privacidade e a segurança das informações.</p> <p>Conclusão: Falsa.</p>		
<p>Questão 47- 1</p> <p>Questão 40- 2</p> <p>Questão 43- 3</p> <p>Questão 41- 4</p>	<p>Vamos reconsiderar a questão à luz da explicação fornecida e da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</p> <p>Análise Detalhada das Alternativas:</p> <p>A) Um órgão ambiental cancela uma licença de operação previamente concedida a uma empresa, após a descoberta de informações falsas no pedido de licenciamento, por meio da aplicação do mecanismo de anulação.</p> <p>Análise: A anulação de um ato administrativo ocorre quando há vício de legalidade desde a sua origem. No entanto, a descoberta de informações falsas fornecidas pelo beneficiário configura uma situação de descumprimento dos requisitos impostos, o que é mais adequadamente tratado como cassação do ato administrativo. A cassação ocorre quando o beneficiário do ato administrativo não cumpre os requisitos necessários para a manutenção do ato.</p> <p>Conclusão: Incorreto para anulação. O correto mecanismo aqui seria a cassação.</p> <p>B) Um município desiste de uma desapropriação já declarada, por encontrar uma alternativa menos onerosa para a instalação de um novo parque, utilizando o mecanismo de desistência administrativa.</p> <p>Análise: A "desistência administrativa" não é um termo usualmente utilizado na doutrina de Direito Administrativo para a extinção de atos. Revogação seria o termo mais adequado, mas é importante notar que a desistência de uma desapropriação deve seguir normas específicas e não se encaixa diretamente na revogação simples.</p> <p>Conclusão: Incorreto.</p> <p>C) Uma autoridade administrativa decide não prosseguir com a aplicação de uma multa de</p>	Deferido	Letra E



	<p>trânsito após o infrator apresentar provas convincentes de sua inocência, por meio da revogação do ato.</p> <p>Análise: A revogação é aplicada por razões de conveniência e oportunidade, mas aqui a decisão de não prosseguir com a multa é baseada em provas de inocência, o que indica que a multa não deveria ter sido aplicada inicialmente. Isso se caracteriza mais como anulação do ato, pois o ato original foi emitido com base em erro ou falta de fundamento legal.</p> <p>Conclusão: Incorreto para revogação, seria mais correto como anulação.</p> <p>D) A aposentadoria compulsória de um servidor público ao atingir a idade limite, concretizada pelo mecanismo de caducidade.</p> <p>Análise: A aposentadoria compulsória é determinada por lei e ocorre automaticamente quando o servidor atinge a idade limite. A caducidade é a extinção de um ato administrativo pelo advento de uma condição resolutiva prevista em lei ou no próprio ato, mas não é o mecanismo correto aqui.</p> <p>Conclusão: Incorreto.</p> <p>E) A renúncia de um servidor público a uma licença não remunerada, que ele havia previamente solicitado e obtido, por meio da renúncia ao direito conferido pelo ato.</p> <p>Análise:</p> <p>Renúncia:</p> <p>A renúncia é um ato unilateral pelo qual o beneficiário do ato administrativo decide abdicar do direito que lhe foi concedido.</p> <p>Neste caso, o servidor público que previamente solicitou e obteve uma licença não remunerada está abdicando desse direito.</p> <p>Extinção do Ato Administrativo:</p> <p>A renúncia ao direito conferido pelo ato administrativo resulta na extinção do ato.</p> <p>Como o servidor público decide abrir mão da licença, o ato administrativo que concedeu a licença deixa de ter efeito.</p> <p>Considerações:</p> <p>Renúncia como Mecanismo de Extinção:</p> <p>A renúncia é reconhecida como um mecanismo pelo qual o beneficiário pode extinguir um ato administrativo ao abdicar voluntariamente do direito que foi conferido por esse ato.</p> <p>A renúncia ao direito é uma forma válida de extinção de atos administrativos, especialmente quando se trata de direitos ou benefícios pessoais, como uma licença não remunerada.</p> <p>Conclusão:</p> <p>A alternativa E descreve corretamente uma situação em que ocorre a extinção de um ato</p>		
--	--	--	--

	<p>administrativo por meio da renúncia ao direito conferido pelo ato. Quando o servidor público decide renunciar à licença não remunerada que havia solicitado e obtido, ele está, de fato, extinguindo o ato administrativo que concedeu a licença.</p> <p>Portanto, a alternativa E é correta porque exemplifica a extinção de um ato administrativo através da renúncia ao direito conferido pelo ato. A renúncia é um mecanismo jurídico aplicável e adequado para a extinção do ato administrativo nesse contexto.</p> <p>Conclusão: Correto.</p> <p>Com base na explicação fornecida, há um entendimento de que a alternativa C poderia ser vista como revogação se considerarmos a conveniência e oportunidade após a apresentação de novas provas. No entanto, no contexto fornecido, a questão seria mais adequadamente tratada como anulação devido ao erro na aplicação inicial.</p> <p>Dado que a alternativa A está incorreta para anulação (e correta para cassação), e a alternativa C está incorreta para revogação (e correta para anulação), devemos reavaliar a escolha de acordo com a explicação fornecida.</p>		
<p>Questão 48- 1</p> <p>Questão 38- 2</p> <p>Questão 40- 3</p> <p>Questão 34- 4</p>	<p>Vamos analisar cada uma das alternativas e identificar qual delas descreve corretamente um método de arquivamento e uma situação em que seu uso seria mais apropriado:</p> <p>A) Método alfabético: organização de documentos segundo a ordem alfabética dos nomes dos autores ou assuntos, ideal para arquivos de pequeno e médio porte onde a rapidez na recuperação da informação é prioritária.</p> <p>Análise: O método alfabético organiza documentos pela ordem alfabética dos nomes ou assuntos, o que facilita a recuperação rápida da informação. Este método é frequentemente usado em arquivos de pequeno e médio porte onde a rapidez na localização dos documentos é importante.</p> <p>Conclusão: Correto. Esta alternativa descreve bem o método alfabético e sua aplicação apropriada.</p> <p>B) Método numérico simples: sequenciamento de documentos baseado exclusivamente em números atribuídos aleatoriamente, recomendado para arquivos onde a confidencialidade e a segurança da informação são críticas.</p> <p>Análise: O método numérico simples envolve a atribuição de números aos documentos, mas não necessariamente de forma aleatória. É mais comumente usado para organização sequencial e não é tipicamente recomendado para confidencialidade e segurança, pois a simples numeração não impede o acesso não autorizado.</p>	Deferido	Anulada

	<p>Conclusão: Incorreto. A descrição é inadequada para o método numérico simples, especialmente em termos de confidencialidade e segurança.</p> <p>C) Método geográfico: classificação de documentos com base na localização geográfica a que se referem, sendo particularmente útil para organizações com atuação nacional ou internacional que necessitam de fácil acesso a documentos por região.</p> <p>Análise: O método geográfico organiza documentos de acordo com localizações geográficas, facilitando o acesso a documentos relacionados a diferentes regiões. É útil para organizações com operações em diversas áreas geográficas.</p> <p>Conclusão: Correto. Esta alternativa descreve adequadamente o método geográfico e sua aplicação.</p> <p>D) Método cronológico: arquivamento de documentos conforme a data de criação ou recebimento, indicado para arquivos que necessitam manter um registro sequencial de eventos ou atividades ao longo do tempo.</p> <p>Análise: O método cronológico organiza documentos de acordo com a data, o que é útil para manter um registro sequencial de eventos ou atividades, facilitando a consulta histórica.</p> <p>Conclusão: Correto. Esta alternativa descreve bem o método cronológico e sua aplicação.</p> <p>E) Método por assunto: agrupamento de documentos com base em categorias temáticas específicas, adequado para bibliotecas ou centros de pesquisa onde a organização temática facilita o acesso a informações especializadas.</p> <p>Análise: O método por assunto organiza documentos por categorias temáticas, facilitando a consulta temática. Este método é particularmente útil em bibliotecas e centros de pesquisa onde o acesso a informações especializadas é importante.</p> <p>Conclusão: Correto. Esta alternativa descreve adequadamente o método por assunto e sua aplicação.</p> <p>Todas as alternativas, exceto a B, descrevem corretamente um método de arquivamento e identificam uma situação em que seu uso seria mais apropriado. Logo, a questão deve ser anulada.</p>		
--	--	--	--